



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE DE 2024
(Do Senhor Marcos Tavares)

Requer informações à Exma. Sra. Ministra da Saúde sobre a aplicação e eficácia dos investimentos destinados aos hospitais e unidades de saúde em áreas críticas, especialmente nas periferias e regiões rurais, diante das graves deficiências de infraestrutura, falta de insumos e medicamentos e recorrentes denúncias de atendimento negligente e superlotação, com o objetivo de identificar falhas na gestão e omissões inaceitáveis no atendimento às necessidades de saúde da população mais vulnerável.

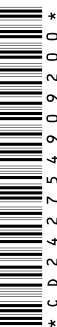
Sr. Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e arts. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), solicito a V. Exa. que seja encaminhado o presente requerimento de informação a Exma. Sra. Ministra da Saúde sobre a aplicação e eficácia dos investimentos destinados aos hospitais e unidades de saúde em áreas críticas, especialmente nas periferias e regiões rurais, diante das graves deficiências de infraestrutura, falta de insumos e medicamentos e recorrentes denúncias de mau atendimento e superlotação, com o objetivo de identificar falhas na gestão e omissões inaceitáveis no atendimento às necessidades de saúde da população mais vulnerável.

Essas perguntas visam uma auditoria técnica e exigem respostas detalhadas e comprovadas para assegurar transparência e responsabilização, revelando o compromisso do governo em enfrentar os problemas de saúde pública nas áreas mais necessitadas.

Apresentação: 11/12/2024 14:01:44.137 - MESA

RIC n.4600/2024



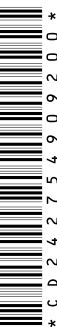


CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

Apresentação: 11/12/2024 14:01:44,137 - MESA

RIC n.4600/2024

1. Quais foram exatamente os valores investidos pelo Ministério da Saúde nos últimos dois anos em hospitais e unidades de saúde localizados em áreas críticas, especialmente nas periferias e regiões rurais? Forneça detalhamento completo por local, objetivo do investimento e resultado obtido, considerando que a precariedade desses serviços indica uma gestão falha ou omissão na aplicação dos recursos públicos.
2. Existe um plano de contingência específico, com metas e cronogramas claros, para resolver a crônica falta de medicamentos e insumos em unidades de saúde pública? Caso exista, como o Ministério justifica a continuidade desse problema, mesmo com a suposta implementação de tal plano? Detalhe as ações previstas e os recursos que foram efetivamente alocados para esse fim.
3. Quais auditorias internas ou externas foram realizadas para avaliar o impacto dos investimentos e das políticas de saúde em áreas críticas? Apresente relatórios, resultados e medidas corretivas adotadas, considerando que as condições denunciadas por pacientes e profissionais sugerem um descontrole absoluto da gestão desses recursos.
4. Quais ações concretas estão sendo tomadas para corrigir as situações de mau atendimento e superlotação em hospitais,



* C D 2 4 2 7 5 4 9 0 9 2 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

Apresentação: 11/12/2024 14:01:44.137 - MESA

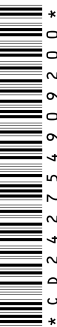
RIC n.4600/2024

amplamente relatadas pela população e imprensa? Forneça evidências de políticas públicas em vigor, metas específicas, prazos definidos e quais regiões têm prioridade de intervenção, explicando como a população ainda sofre com a negligência em serviços de saúde essenciais.

5. Como o Ministério da Saúde justifica o contraste entre os valores divulgados como investidos na saúde pública e as condições reais e degradantes enfrentadas pela população em unidades de saúde? A que se deve a discrepância entre os investimentos anunciados e o total descaso verificado nas práticas de atendimento?
6. Diante dos recursos supostamente aplicados, quais falhas específicas de gestão e monitoramento foram identificadas pelo Ministério, e o que foi feito para saná-las? Detalhe quais equipes de auditoria ou controle foram designadas para garantir que o dinheiro público não fosse desperdiçado, especialmente em áreas críticas de vulnerabilidade.

Sala das Sessões, em de de 2024.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT-RJ





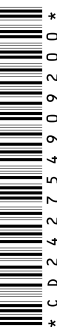
JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação de informações surge diante da insatisfação e da preocupação com a gestão inadequada e possivelmente negligente dos recursos destinados ao setor de saúde pública em áreas críticas, especialmente nas periferias e regiões rurais, onde as carências estruturais e a escassez de medicamentos e insumos essenciais se somam a denúncias constantes de mau atendimento e superlotação. Essas situações são inaceitáveis em um contexto onde, teoricamente, os recursos foram alocados para mitigar exatamente esses problemas, e é necessário compreender onde falhou o processo de fiscalização e aplicação dos fundos públicos.

Dados do IBGE e de relatórios de instituições como a Fiocruz apontam que a população dessas regiões continua desassistida, exposta a condições que agravam os índices de morbidade e mortalidade. A realidade observada é um contraste perturbador com os investimentos anunciados pelo governo, revelando uma discrepância entre os números oficiais e o atendimento real prestado aos cidadãos. A falha em garantir o mínimo de dignidade e eficiência no atendimento em saúde pública sugere, no mínimo, uma gestão descomprometida e, possivelmente, uma alocação desorganizada dos recursos que deveriam servir para garantir a saúde e a segurança da população.

Exigimos, portanto, explicações sobre a execução dos planos de contingência que deveriam assegurar a distribuição regular de medicamentos e insumos, bem como uma prestação de contas clara sobre os valores e investimentos destinados a corrigir o cenário de precariedade denunciado. É inadmissível que, diante de um orçamento considerável, ainda sejam relatadas falhas graves de atendimento e condições inadequadas de trabalho para profissionais da saúde, que, em última instância, impactam diretamente o atendimento oferecido à população.

A ausência de resultados visíveis e a persistência de problemas nas unidades hospitalares indicam falhas sistêmicas na fiscalização e no monitoramento das políticas de saúde pública, além de uma inaceitável omissão quanto à responsabilidade do governo em assegurar o direito constitucional à saúde. Este requerimento visa apurar de maneira rigorosa como os recursos





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

foram aplicados e quais medidas concretas serão tomadas para sanar, de uma vez por todas, essas deficiências.

Sala das Sessões, em de de 2024.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT-RJ

Apresentação: 11/12/2024 14:01:44.137 - MESA

RIC n.4600/2024

